

## Aumento do desemprego e crescimento dos crimes de furto na AISP 26: análise de interferência entre variáveis

### RESUMO

palavras-chave:  
Desemprego.  
Criminalidade.  
Furto.  
Roubo.

Diversos autores apontam como uma das consequências do desemprego o aumento da criminalidade. Com base nesta premissa, o presente trabalho tem como objetivo descrever e analisar o quantitativo de crimes de furto e roubo, bem como o índice de desemprego na AISP 26 (Catalão), apurar os índices de crescimento ou redução da criminalidade relacionando-os ao desemprego, proporcionando, desta forma, informações úteis ao desempenho do policiamento ostensivo. A metodologia de pesquisa utilizada para a consecução do objetivo foi a técnica quali-quantitativa com recorte temporal de janeiro de 2016 a dezembro de 2017. Os dados referentes aos crimes de furto e roubo foram levantados por meio da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP), enquanto que aqueles relacionados ao desemprego foram obtidos por meio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Foi possível inferir, com base nos dados apurados, que de 2016 para 2017 houve uma redução de aproximadamente 4% nos crimes de furto, enquanto que aos crimes de roubo, houve um incremento de aproximadamente 3%. No mesmo período, houve um crescimento de cerca de 10% no número de desocupados para a respectiva AISP.

### ABSTRACT

key-words:  
Unemployment.  
Crime.  
Theft.

Several authors point out that one of the consequences of unemployment is the increase in crime. Based on this premise, the present work sought to corroborate or discard such ideas, specifically aiming to analyze and describe the amount of robbery and robbery crimes, as well as the unemployment rate in AISP 26 (Catalão), to growth or reduction of crime by relating them to unemployment, thus providing useful information to the performance of ostensive policing. The research methodology used to achieve the objective was the quantitative technique with a temporal cut from January 2016 to December 2017. Data on theft and robbery crimes were collected through the State Department of Public Security (SSP), while those related to unemployment were obtained through the General Register of Employed and Unemployed (CAGED). Based on the data, it was possible to infer that from 2016 to 2017 there was a reduction of approximately 4% in robbery crimes, while robbery crimes increased by approximately 3%. In the same period, there was a growth of around 10% in the number of unemployed persons for the respective AISP.

### Introdução

Os estudos que procuram identificar as possíveis justificativas para a presença da criminalidade na sociedade têm abrangido duas vertentes; a primeira, que a conduta estaria vinculada a desejos intrínsecos e, a segunda, que existiriam alguns procedimentos que contribuiriam para que um determinado indivíduo viesse a cometer uma conduta criminoso. Assim, diversas são as teorias que buscam explicar quais seriam as causas geradoras da criminalidade humana, abrangendo desde a criminalidade como algo nato, influenciado pelo meio em que o Ser está inserido e por fatores ambientais.

A criminologia, ciência que estuda todas as partes que envolvem o crime (o próprio delito, o delinquente, a vítima e o comportamento social em relação àquela ação caracterizada como delituosa), tem seu marco científico em 1876, com a obra de Cesare Lombroso, conhecida como “L’Uomo Delinquente” (O Homem Delinquente). Lombroso foi o precursor da ideia de que os crimes poderiam abranger fatores que iam muito além daqueles concretos e objetivos, ou seja, que um indivíduo ao praticar um crime, poderia estar ligado a um liame subjetivo e, para ele, isto deveria ser estudado com seriedade.

A literatura apresenta diversas teorias desenvolvidas por estudiosos que buscam explicar as causas justificantes da criminalidade. A Teoria da Desorganização Social faz uma abordagem a respeito da comunidade em que o indivíduo está inserido, compreendendo tanto as associações formais quanto informais, envolvendo desde as amizades, participações institucionais e familiares. Assim, para esta teoria, a criminalidade surge devido a conflitos entre esses meios.

Por outro lado, a Teoria Econômica da Escolha Racional defende que, para um indivíduo cometer um crime, este irá avaliar a relação entre ganhos e perdas mediante a sua conduta. Nesta teoria, serão avaliadas variáveis como a renda familiar, a desigualdade de

\* Aluna do Curso de Formação de Praças da Polícia Militar do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás - CAPM, dayrdg2@hotmail.com

\*\* Coorientadora e Professora Doutora da UFG/Regional Catalão, michellesborges01@gmail.com.

\*\*\* 3 Professora orientadora: Aline Hubaide Rosa, professora do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás CAPM, alinehubaide@gmail.com

renda, a educação, o salário, dentre tantos outros que podem ser considerados importantes ao agente. Além disso, pode ser pontuada também a questão social, pois um indivíduo que possui certo respeito perante a sociedade estaria menos propenso a cometer um delito em relação àquele sujeito que pouco ou nenhum prestígio tem, isto porque o indivíduo estaria ponderando também qual seria seu ganho mediante a perda de sua moral, por exemplo.

Não se limitando a estas, mas sendo a última aqui abordada, a Teoria da Anomia vem justificar a ocorrência da criminalidade como uma consequência de uma insatisfação pessoal, devido ao indivíduo não conseguir alcançar metas atribuídas por ele próprio, como exemplo, pode ser citado a carreira profissional e o status social que o indivíduo possui.

Portanto, diversos fatores, para as Teorias supracitadas, levam o indivíduo ao delito. Relacionando o assunto ao contexto local, pode-se observar que, devido ao panorama econômico do país, sobretudo no ano de 2015, foi percebido e registrado na região de Catalão um incremento na taxa de desemprego, gerado pelas demissões em massa.

Levando em consideração o aumento da criminalidade na região de Catalão nos últimos anos e as teorias anteriormente abordadas, bem como a ampla literatura que justifica o crescimento da delinquência como reflexo ao aumento do desemprego, este trabalho tem como objetivo principal corroborar ou descartar a ideia de que a criminalidade cresce à medida que o desemprego evolui. Como objetivos específicos, pretende-se: a) descrever e analisar o quantitativo dos crimes de furto e roubo na região de Catalão; b) descrever e analisar a taxa de desemprego na região de Catalão; c) apurar os índices de crescimento ou redução da criminalidade relacionando-a ao desemprego; d) contribuir à instituição Polícia Militar do Estado de Goiás com informações que serão úteis ao desempenho de policiamento ostensivo e preservação da ordem pública.

A pesquisa é de natureza quali-quantitativa. Os dados foram coletados no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2017, por meio de sites críveis, como da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), que deu acesso ao quantitativo do número de desempregados na região de Catalão (GO) e, também, por meio de informações coletadas junto ao órgão de Segurança Pública Polícia Militar do Estado de Goiás, no correspondente aos crimes de furto e roubo na região, que serão compilados e relacionados, possibilitando ser visualizado qual a variação percebida do aumento da criminalidade à medida que o desemprego também cresce. Este assunto torna-se bastante importante à segurança pública e ao órgão da Polícia Militar, pois ao entender a relação que um possui diretamente com o outro, políticas públicas e projetos podem ser desenvolvidos a fim de contribuir à solução do problema, coibindo as práticas ilícitas.

Assim, este trabalho está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução e as considerações finais. Na segunda seção, trata-se da revisão bibliográfica, principalmente no tocante à exposição de diversos autores que explanam como consequência do aumento do desemprego o crescimento da criminalidade; na terceira é abordada a metodologia de pesquisa, seguida, por fim, pela quarta seção, onde há a exposição dos resultados e discussões acerca do problema de pesquisa.

## 1 Referencial teórico

Atualmente, um dos maiores desafios de um governo tem sido a manutenção do nível de emprego dentro de indicadores mínimos, uma vez que é emprego e renda os fatores que sustentam o mercado consumidor, sendo o primeiro um condicionador da dignidade humana ao cidadão e, o segundo, um promovedor do desenvolvimento econômico de um país.

A literatura aponta diversos motivos que contribuem para o aumento do desemprego no país, e dentre eles, Cacciamali et al. (1995, p. 03) afirma que pode ser explicado por pelo menos três fenômenos, a saber:

A primeira é o novo padrão de competição mundial comandado por firmas sediadas nos países asiáticos, que se aportam num baixíssimo custo de mão-de-obra, muitas vezes combinado com tecnologia moderna, microeletrônica. A segunda é a crescente aplicação da tecnologia de informação e da microeletrônica à produção, que promove elevados ganhos de produtividade. E a terceira explicação reside na aplicação de novos métodos de organização da produção e do trabalho, que vem acarretando mudanças profundas tanto na natureza como no significado do trabalho. (CACCIMALI et al., 1995, p. 03)

Sabe-se que a globalização é um considerável fator de aumento do desemprego, visto que há a substituição de mão-de-obra humana por outra mecanizada, principalmente nas grandes indústrias e empresas, que necessitam de um incremento na produção, gerando

como consequência uma elevada produtividade que venha a atender de forma eficiente as demandas de mercado. Tendo isto em vista e com base nas informações de Cacciamali et al., percebemos que a implantação de tecnologias e avançados equipamentos, tanto na agropecuária quanto na indústria ou no ramo dos serviços, são fatores que contribuem diretamente para a oferta de emprego.

Assim, ainda de acordo com os referidos autores anteriormente citados, uma política para a geração de empregos não se restringe apenas na importância da formação e da qualificação da mão de obra a fim dos trabalhadores se adaptarem ao novo contexto de produção e organização das empresas, mas também – se não for mais importante – permitir que os atributos da pessoa possam ser ampliados, tornando-a mais preparada às mudanças socioeconômicas do mundo moderno.

Se por um lado o desemprego pode ser analisado como uma consequência inevitável da produção capitalista, que tende a substituir trabalho vivo por trabalho morto (desemprego tecnológico), por outro lado, entende-se que modelo de avanço tecnológico escolhido – poupador de força de trabalho – é um elemento basilar desse quadro caótico de desocupação, que é também fruto de decisões políticas. Nesse contexto, o desemprego pode se constituir em uma variável estratégica de dominação do capital, na medida em que o aumento da oferta e a diminuição da procura por força de trabalho têm um impacto direto na regulação dos salários e no potencial de negociação da classe trabalhadora, que se torna cada vez mais fragilizada e submetida às regras do mercado. (SANTOS, 2008, p.03)

Autores apontam diversas consequências desencadeadas pelo aumento do desemprego em um país. Araújo e Antigo (2016) escrevem que este fenômeno geralmente é muito estudado, pois tem importância direta na economia de qualquer país, uma vez que tanto a diminuição de novos empregos gerados, quanto à demissão de indivíduos empregados, comumente desencadeiam problemas de cunho social geral. Estes autores ainda salientam que, estas consequências podem ser observadas tanto em nível macro quanto micro.

Eles explicam que, no nível macro, podem ser destacados problemas como o aumento de criminalidade, pobreza e o crescimento do número de desabrigados, bem como o alto índice da taxa de mortalidade e doenças cardiovasculares. Além disto, aumenta os gastos por parte do governo com seguro desemprego e o custo de oportunidade da renda também é afetado, visto que os novos desempregados, em contexto contrário, estariam contribuindo à economia, consumindo bens e serviços.

Em um contexto micro, defendem que o desemprego contribui ao aumento do nível de estresse, depressão e baixa autoestima, bem como a perda de conhecimento e habilidades do indivíduo que foram adquiridas, o que acarreta a um desinvestimento em capital humano. Estes autores afirmam que esta última é uma das piores consequências, quando avaliado em nível micro.

Pontuações importantes realizadas por Araújo e Antigo (2016), pois ao considerarmos um contexto em que um indivíduo trabalhou em uma empresa por cerca de cinco anos, seria necessário que o governo arcasse com o seguro desemprego deste; a renda mensal anterior que o indivíduo possuía e, conseqüentemente, contribuía à economia já não estará mais ativa e, caso o indivíduo não venha a se empregar rapidamente, as habilidades deste vão se tornando defasadas, caso o indivíduo não venha buscar qualificação a fim de estar sempre aprimorando conhecimentos.

Santos (2008, p. 03), também aponta as consequências do aumento do desemprego e coloca este como “um problema social que causa instabilidade e um sentimento de insegurança generalizado em trabalhadores de todos os ramos e setores de atividade”. Além disto, Santos (2008, p. 03) enfatiza que a ameaça de desemprego já dá início aos “sentimentos de vergonha, rejeição, abandono, insegurança, angústia e ansiedade que adentram ao cotidiano dos indivíduos”, o que acaba por acarretar em uma sociedade possuidora de características como indiferença, desconfiança e descompromisso, fazendo com que os indivíduos busquem soluções individuais para problemas que são produzidos socialmente.

Outros fatores que acompanham o desemprego, ainda segundo Santos (2008, p. 04), são “a redução dos salários, a precarização das condições e das relações de trabalho, aumentando a prática de trabalhos flexíveis, sem estabilidades nem garantias sociais”.

Desse modo, amplia-se o excedente estrutural da força de trabalho e, assim, as novas formas de ocupação têm absorvido grande parte da população excluída do mercado formal, por meio de diversas estratégias de sobrevivência, incluindo: práticas de contrabando, pirataria, prostituição, tráfico de drogas, assaltos, sequestros e outros crimes, presentes no que hoje se poderia chamar de “mercado ilegal de trabalho”, estabelecendo uma linha muito tênue entre

Além dos fatores anteriormente discutidos, diversos autores apontam como uma das principais consequências do crescimento do desemprego o aumento da criminalidade. Carvalho et al. (2017, p. 12) esboça que o problema da violência abrange muito mais que simplesmente uma questão jurídica, tanto que as soluções buscadas para este problema ganham um sentido interdisciplinar. Segundo a autora, quando analisada a ótica tanto jurídica quanto econômica, pode ser observado diversas explicações que tentam explicar quais os motivos que levam um indivíduo a cometer um crime e, dentre elas, “existem várias relações que retratam a criminalidade como um problema econômico, acompanhada do desemprego”.

Neis (2008, p. 42) diz que as causas da criminalidade são formadas por fatores endógenos (internos) e exógenos (externos). Farias Junior (2008) apud Neis (2008, p. 42), relata que os fatores exógenos mais comuns para o aumento da criminalidade são:

- 1) Fatores sócio-familiares: a falta, a deterioração ou o desajustamento da estrutura familiar. Diz Jean Pinatel que no fator familiar está a raiz mais profunda da criminalidade.
- 2) Fatores sócio-econômicos: de um lado a pobreza, a vadiagem, a refratariedade ao trabalho, o desemprego e subemprego; de outro lado, a riqueza, quando suscitada pela ganância descontrolada, a volúpia de ganho fácil, com derivações à exploração, à fraude, à falsificação e a atos clandestinos os mais insidiosos, sórdidos e torpes, com engenhosas articulações para enganar.
- 3) Fatores sócio-ético-pedagógicos: a ignorância, a falta de educação e a falta de formação moral. Esses fatores levam o indivíduo à falta ou à falsa representação de realidade[...].
- 4) Fatores sócio-ambientais: as más companhias e as más influências ambientais e, dentro desses influxos concorrentes estão expostos os menores carentes e abandonados, vítimas da corrupção, de maus tratos e de exploração; foragidos do lar ou de instituições, ficam extraviados, a perambular, a vender quinilhariarias, a permanecer em locais inadequados.(NEIS, p.42, 2008)

Segundo um estudo realizado por Guimarães (2009), foi possível observar pontuações interessantes quanto ao tema abordado pela autora, no que se refere ao papel do desemprego nas altas taxas de homicídio entre os jovens no Brasil Metropolitano. A autora cita que, apesar de o país como um todo ser bastante violento, o maior índice de homicídios está concentrado nas metrópoles. Além disso, a autora discorre em seu trabalho que este tipo de crime não possui apenas uma concentração geográfica, mas também, atinge um grupo específico da população: indivíduos do sexo masculino entre 15 e 29 anos. No período compreendido entre 1980 e 2006 estudado pela pesquisadora, apesar de representar “pouco mais de 6% da população brasileira, esse grupo constitui aproximadamente 30% das pessoas assassinadas em todo o país”. Tendo em vista esta descoberta, poderia ser questionado qual o motivo que levaria estes homens jovens a serem assassinados: seria pela falta de emprego? Seria por estar ligado a alguma prática criminal? Seria por alguma falta de oportunidade dispensada a estes?

“A taxa de desemprego é uma variável recorrente utilizada para explicar a alta criminalidade no Brasil. Em sua grande maioria, estudos econômicos utilizam o desemprego sob a justificativa da teoria utilitarista”. (Becker, 1968 apud Guimarães, 2009, p.06). Para melhor entendermos, esta teoria defende a ideia de que uma ação, para ser compreendida e interpretada como certa e justa, deve levar em conta o bem-estar coletivo. Assim, percebe-se que a Teoria Utilitarista tem um vínculo direto com os princípios da ética e da moral, tentando compreendê-los com base nas atitudes humanas.

Tendo isto em vista, a autora Guimarães (2009) conclui que uma causa importante que contribui à escolha de um cidadão em envolvimento ilícito é a taxa de desemprego, pois à medida que este aumenta, o marginal se beneficia com a atividade ilícita.

O desemprego também pode ser um exemplo de vulnerabilidade social do indivíduo e, quanto maior for essa vulnerabilidade, menores serão as chances desse indivíduo manter os laços com a sociedade. Segundo a teoria do controle social, quando o indivíduo tem alta reputação, alto nível educacional, ou veio de uma família estável, sofre grande perda caso seja descoberto cometendo algum ato criminoso. O oposto também se verifica: um indivíduo desempregado, com reputação baixa, ao ser pego cometendo um crime, sua perda é pequena. (GUIMARÃES, 2009, p. 07)

Garrido (2007) também contribui com a ideia de que a taxa de desemprego explica o aumento da criminalidade. A autora diz que, embora este seja um fator indireto, ocorre que



outros estão diretamente relacionados, como o subemprego. Este é um contribuinte à delinquência, visto que devido os baixos salários percebidos tornam-se insuficientes à manutenção da família, o que resulta numa instabilidade pessoal e socioeconômica.

Assim, ainda de acordo com os estudos de Garrido (2007), a ascensão da criminalidade é resultado do subemprego, desemprego, salários baixos ou insuficientes e, até mesmo, da corrupção que ocorre dentro do funcionalismo público, favorecendo o pequeno vencimento que a maioria dos servidores recebe.

## 2 Metodologia

O presente artigo tem como objetivo geral corroborar ou não a ideia proposta por diversos autores de que a criminalidade sofre influência direta à medida que o desemprego aumenta. Para que este objetivo seja alcançado, foi realizada uma análise sobre o quantitativo de furto e roubo na região de Catalão, bem como a taxa de desemprego nesta mesma região, apurando os índices de aumento ou redução da criminalidade à medida que tal fator socioeconômico evolui.

Para que a pesquisa fosse realizada, os dados referentes aos mencionados crimes foram coletados junto ao site da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP), enquanto que aqueles relacionados ao desemprego foram buscados junto a órgãos oficiais, como o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Ambos os dados compreenderam o período de janeiro de 2016 a dezembro de 2017. O critério para este recorte temporal decorreu da implantação do Registro de Atendimento Integrado (RAI) em abril de 2016, tratando de um sistema informatizado de unificação de registro de ocorrências dos órgãos de segurança pública do estado de Goiás, com o fim de aperfeiçoar o trabalho e resultados desses respectivos órgãos, minimizando, também, os riscos de duplicidade de registros de uma mesma ocorrência, o que proporcionou à pesquisa maior confiabilidade em relação aos dados em análise.

O estudo foi realizado por meio da técnica quali-quantitativa, que se trata de um combinado das características das técnicas quantitativa (dados coletados e submetidos a uma análise estatística, com objetivação dos resultados e neutralidade de quem realiza o experimento) e qualitativa (técnica de pesquisa que busca interpretar as especificidades de cada contexto, descrevendo o cenário e, até mesmo, utilizando da análise subjetiva do pesquisador). Assim, o tipo de técnica utilizada, além de quantificar e conhecer o cenário que foi estudado, também proporcionou maior legitimidade aos resultados encontrados, idealizando não apenas conhecer as quantificações acerca do tema, mas ir a fundo aos fatores e causas do problema de pesquisa.

Os dados referentes aos crimes foram comparados e analisados, relacionando-os àqueles sobre o desemprego na região, com o intuito de descobrir qual a variação anual em percentual do aumento ou redução da criminalidade em relação ao fator socioeconômico em estudo. Estes mesmos dados foram organizados por meio de gráficos e o software empregado na pesquisa para a confecção dos gráficos comparativos e de exposição dos fatores em explanação foi o Microsoft Excel.

## 3 Análise e discussão dos resultados

É necessário compreender que no desenvolvimento de uma pesquisa, diversas são as metodologias que definem uma variável, como é o caso do termo desemprego neste artigo. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população desocupada compreende todos os indivíduos que, estando sem trabalho, estão efetivamente à procura de um, tomando iniciativas para que a busca seja concluída de forma eficiente, seja por meio de agências de emprego, classificados de jornais ou consultando pessoas.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) divide em três grupos distintos a situação de atividade dos indivíduos, sendo classificados em:

- a) inativos: aqueles que não estão trabalhando e não estão procurando trabalho;
- b) ocupados: pessoas que estão exercendo algum tipo de trabalho, mesmo que informal/ocasional ou sem remuneração, com o intuito de auxiliar um parente, e;
- c) desempregados: não estão trabalhando, porém estão à procura de uma ocupação.

O DIEESE aprofunda o conceito de população desempregada, ampliando àqueles que, de forma involuntária não estão trabalhando, ou que não tenham oportunidades ou, ainda, desejam migrar para outra ocupação que consideram melhor. Essa população é subdividida em três tipos: a) aberta: são aqueles que, nos últimos sete dias anteriores à pesquisa

que o respectivo órgão realiza sobre os níveis de desemprego, estavam desocupados; b) oculto pelo trabalho precário: aqueles que desenvolveram algum tipo de trabalho ocasional nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa já mencionada, ou que auxiliaram um parente ou, mesmo não trabalhando em nenhuma atividade, estiveram à procura de emprego nos últimos 12 meses por pelo menos 15 dias, e; c) oculto pelo desalento: inclui todos os indivíduos que estão sem emprego, porém disponíveis e que não estão efetivamente à procura de uma ocupação devido a imprevistos ou pelas condições do próprio mercado de trabalho. Para o desenvolvimento deste trabalho foi utilizada a base de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Trata-se de um órgão oficial, criado pelo Governo Federal em 1965, por meio da Lei nº 4.923, que mantém um registro de todas as admissões e desligamentos dos empregados que são regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), abrangendo os municípios de Ananguera, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Ipameri, Nova Aurora, Ouvidor e Três Ranchos como a microrregião de Catalão.

Foram considerados os dados referentes aos crimes de furto e roubo coletados por meio da análise criminal disponível no site da Secretaria Estadual de Segurança Pública. É importante salientar a diferença entre os crimes, sendo o primeiro definido no artigo 155 como “subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel” e, o segundo, no artigo 157 como “subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência”, ambos do Código Penal.

Na consideração desses crimes está incluso o tipo penal de furto e os diferentes tipos de roubo que são critérios de diminuição pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, sendo aqueles cometidos a comércio, a veículo, a transeunte e a residência.

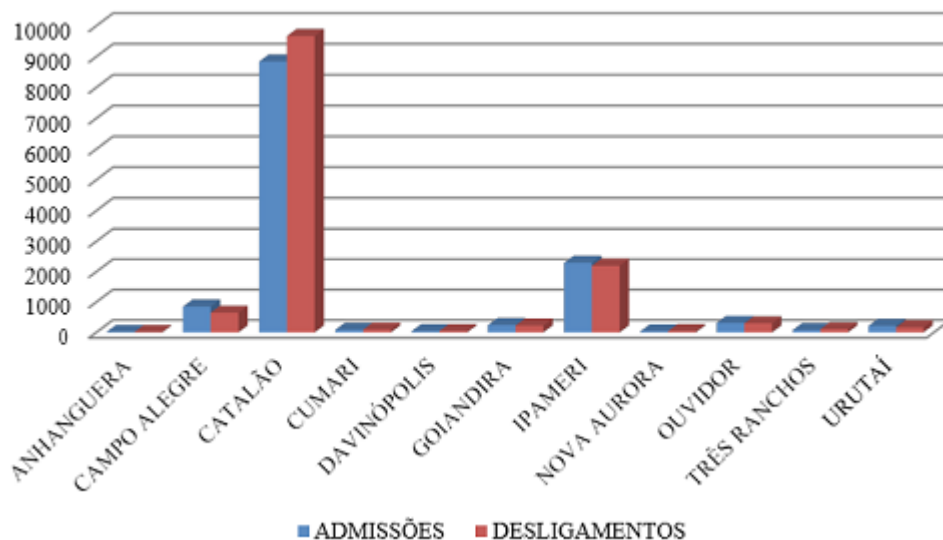
No gráfico 1 pode ser visualizado as variações nas taxas de admissões e desligamentos nos respectivos municípios que se encontram localizados na Área Integrada de Segurança Prioritária 26 (AISP 26), sendo esta composta pelo 18º BPM e pela 40ª CIPM, abrangendo os municípios de Ananguera, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Ipameri, Nova Aurora, Ouvidor, Três Ranchos e Urutai, para o ano de 2016. A cidade com menor número de admissões e desligamentos no decorrer do ano foi Ananguera, tendo registrado 19 e 13, respectivamente. Em seguida, Nova Aurora apresenta apenas 35 admissões para o mesmo período, enquanto que o ano se encerrou com 42 desligamentos.

O terceiro município com menores taxas de desligamentos e admissões é Davinópolis, sendo percebido para o ano em destaque 41 novas contratações e um crescimento de aproximadamente 7% das demissões, se comparado ao número anteriormente citado.

Os dois municípios com maior índice de desligamentos foram Catalão e Ipameri registrando aproximadamente 9.700 e 2.200, respectivamente. Porém, para o último município mencionado, as admissões no decorrer do ano superaram em quase 5% as demissões, enquanto que Catalão aumentou em quase 9% sua taxa de desemprego.

Três Ranchos é um município bastante conhecido por ser uma cidade turística que recebe centenas de pessoas principalmente em datas festivas, como o carnaval, por exemplo. Apesar desta vertente, no ano de 2016 as demissões aumentaram em pouco mais de 30%.

Gráfico 1 – Admissões e desligamentos ocorridos em 2016 na AISP de Catalão  
Fonte: MELLO, D. R. G de, CAGED, 2018.



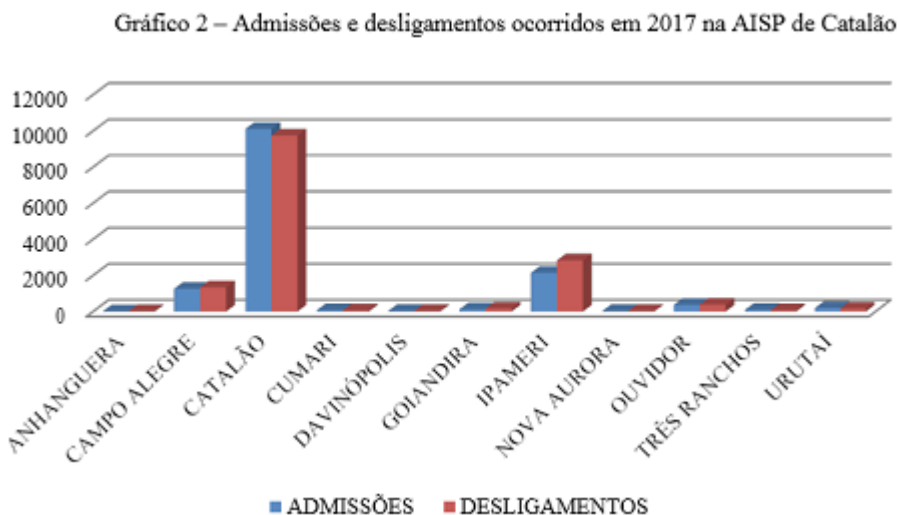
Analisando o gráfico 2, o município de Ananguera ganha destaque devido ao alto

índice de demissão quando comparado ao de contratação no mesmo período, uma expansão abrangendo cerca de 65%, estando logo em seguida Ipameri (aproximadamente 25%), Goiandira (aproximadamente 20%) e Nova Aurora (aproximadamente 15%). Por outro lado, os municípios de Urutaí, Três Ranchos, Cumari e Catalão aumentaram as contratações relacionando-as às demissões do mesmo período em aproximadamente 16%, 14%, 10% e 4%, respectivamente.

Com base nestas informações, pode ser percebido uma instabilidade no setor do trabalho na AISP de Catalão. Caso sejam analisados os municípios de forma isolada, pode ser verificado que, quando comparado ao ano anterior, houve maior número de municípios em que aumentaram as demissões frente às admissões. Porém, em um contexto geral, as demissões constituíram uma variação de aproximadamente 2,7% quando comparadas às contratações realizadas em 2017. No ano anterior, 2016, este mesmo índice girava em torno de 3,5%. Em ambos os anos o número de demissões foi maior que os registros de contratações e de 2016 para 2017 houve uma variação de quase 10% no aumento de desligamentos constatados.

Gráfico 2 – Admissões e desligamentos ocorridos em 2017 na AISP de Catalão

Fonte: MELLO, D. R. G de, CA-GED, 2018.



Ao analisar a tabela 1 a respeito do crime de furto, pode ser percebido que, na transição de 2016 para 2017, houve nos meses de janeiro, dezembro e outubro aumento no índice de aproximadamente 25%, 13% e 12%, nesta ordem. Em contrapartida, em novembro, março e abril houve redução de aproximadamente 29%, 25% e 22%. No final do ano de 2017 foi apurada, quando comparado ao ano anterior, uma diminuição geral de quase 4%.

Em junho, março e fevereiro de 2017 houve aumento de quase 50%, 30% e 20%, nesta ordem, ao crime de roubo quando comparado ao ano de 2016. Analisando os meses que foram constatados declínios, destacam-se dezembro (aproximadamente 67%), novembro (aproximadamente 44%) e setembro (aproximadamente 41%). Apesar de bastante considerável esses índices de redução, ao final do período foi apurado um acréscimo de quase 3% a este tipo penal.

Tabela 1 – Índice de furto e roubo na AISP 26 nos anos de 2016 e 2017

Fonte: MELLO, D. R. G de, SSP, 2018.

	FURTO		ROUBO	
	2016	2017	2016	2017
<b>JANEIRO</b>	234	311	94	81
<b>FEVEREIRO</b>	252	243	69	86
<b>MARÇO</b>	294	235	65	90
<b>ABRIL</b>	251	205	78	75
<b>MAIO</b>	293	252	92	107
<b>JUNHO</b>	284	258	57	110
<b>JULHO</b>	325	285	72	100
<b>AGOSTO</b>	267	283	113	131
<b>SETEMBRO</b>	239	237	109	77
<b>OUTUBRO</b>	280	320	92	80
<b>NOVEMBRO</b>	287	223	86	60
<b>DEZEMBRO</b>	264	302	109	65

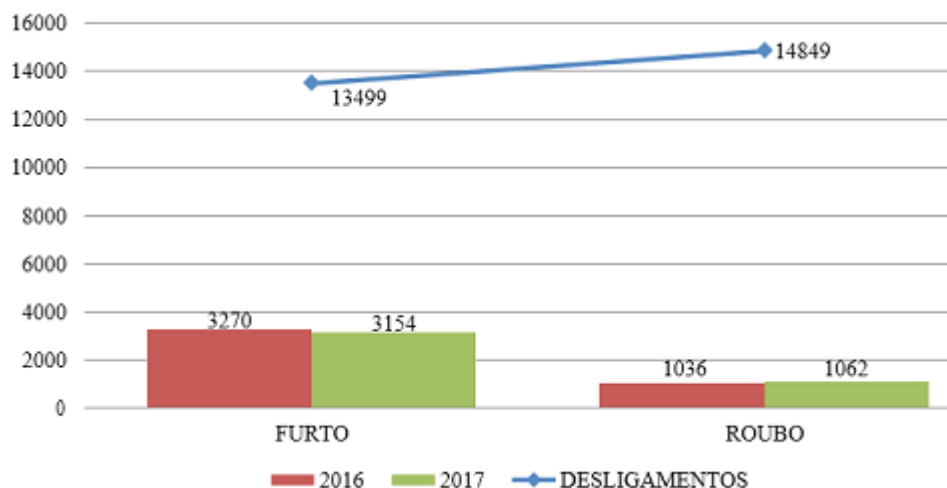
Com base nos dados apresentados, percebe-se que houve redução no quantitativo de furtos de 2016 para 2017, porém em relação a um dos crimes mais graves contra o patrimônio

Gráfico 3 – Demonstrativo de desligamentos de trabalho e crimes de furto e roubo

Fonte: MELLO, D. R. G de, CA-

– roubo – houve um incremento (3%) quase que proporcional à diminuição (4%).

No gráfico 3 está descrito de maneira detalhada a quantidade anual dos crimes ocorridos nos mencionados períodos e, também, a quantidade de desligamentos, ambos da AISP 26 – Catalão (Go).



É possível inferir, com base no disposto anteriormente, que as taxas de desocupação aumentaram, assim como a taxa de ocorrência de roubo. Não se pretende afirmar com este estudo que o desempregado é um criminoso em potencial, mas sim que elevadas taxas de desemprego cria um ambiente de instabilidade financeira e social, pois à medida que as pessoas deixam de adquirir renda, tornam-se vulneráveis e propícias a recorrerem a um subemprego. Muitas delas permanecem desempregadas por um longo período e precisam de alguma forma, encontrarem uma solução àquela instabilidade, já que a admissão em outro trabalho muitas vezes torna-se demorada.

Com baixos salários, diminuição em seu poder de compra e alteração do padrão de vida, muitos indivíduos veem na delituosidade uma oportunidade de reversão destes problemas, garantindo para si e à família uma estrutura ou, por menor que seja, estabilidade econômica. Entretanto, para se confirmar a relação apresentada acima é necessário realizar trabalhos mais detalhados, por exemplo, traçar uma correlação entre a taxa de desemprego e os crimes de furto e roubo para o período selecionado. Outra possibilidade de pesquisa futura, seria detectar, para o período destacado, aqueles crimes primários, típicos de iniciantes e contrastar com dados de crimes cometidos por “profissionais”.

#### 4. Considerações finais

O fenômeno desemprego é uma causa de instabilidade social que pode ocasionar diversas consequências à coletividade e, também, ao indivíduo de forma isolada. Diferentes autores apontam as mais diversas consequências do crescimento da desocupação em um país, percorrendo desde alterações psicológicas a pessoas que sempre trabalharam, como diminuição da autoestima, depressão, frustração, até mesmo questões sociais, como o aumento de impostos, crescimento da criminalidade, empobrecimento de uma considerável parcela da sociedade, diminuição do poder de compra e elevação do custo de oportunidade<sup>1</sup>.

O trabalho desenvolvido apresentou com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) o quantitativo de admissões e demissões realizadas na AISP de Catalão (AISP 26) nos anos de 2016 e 2017. Por meio da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP) foram colhidos os dados referentes aos crimes de furto e roubo para a AISP neste mesmo período.

Após a compilação dos dados, foi possível observar que houve um crescimento de aproximadamente 10% nas demissões realizadas no período estudado. Em relação aos crimes levantados, houve diminuição de aproximadamente 4% nos furtos de um ano para outro, enquanto que as condutas qualificadas como roubo cresceram em aproximadamente 3%. Observando as oscilações do mercado de trabalho, os órgãos de segurança pública podem supor que haverá uma ascensão ou diminuição na ocorrência de crimes, possibilitando que políticas públicas sejam adotadas com intuito de coibir e prevenir a ocorrências deles; operações policiais podem ser melhores definidas e direcionadas, contribuindo à preservação da ordem pública, recuperação de algum patrimônio subtraído ou prisão de algum foragido, por exemplo.

<sup>1</sup> Basicamente, o custo de oportunidade pode ser definido como uma escolha entre recursos disponíveis. Por exemplo, um indivíduo desempregado poderá decidir entre procurar um emprego formal ou trabalhar em uma atividade informal. Escolhendo um, automaticamente teria um custo na renúncia de outro.



<sup>2</sup>Trata-se de um modelo matemático que utiliza de ferramentas estatísticas que buscam compreender a relação entre variáveis.

O conhecimento da conjuntura econômica e social, juntamente com a integração entre os órgãos de segurança pública (Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiro Militar e Administração Penitenciária) possibilita traçar estratégias que melhorem os resultados a serem alcançados nas metas dadas pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, garantindo à população maior tranquilidade e manutenção da segurança.

Para o desenvolvimento de uma análise mais criteriosa, deveria ter sido realizada uma análise econométrica<sup>2</sup> entre as variáveis, porém, devido ao tempo escasso, o trabalho se limitou a uma análise superficial dos dados, o que não garante a afirmação de que uma variável interfira diretamente em outra. Outro ponto que vale ressaltar é a disponibilidade de dados no CAGED: trata-se de um órgão que considera apenas os empregos formais. Assim, não é possível apurar o quantitativo de pessoas que são admitidas ou demitidas informalmente – ou seja, aquelas que não possuem vínculo celetista.

O artigo permite contribuir não só aos órgãos públicos que passam a deter maior conhecimento sobre as causas de aumento de crimes, como também à população em geral, que de forma empírica percebem o crescimento na taxa de desemprego e passam a adotar condutas preventivas, deixando de serem “alvos fáceis” aos marginais.

Além de aumentar a literatura sobre o tema, o desenvolvimento deste trabalho amplia conhecimentos e ideias para a confecção de novos: uma cartilha educacional com orientações à população, expondo os principais locais, dias da semana e horários com maior incidência criminal, favorecendo, desta forma, toda a coletividade.

## Referências

ARAÚJO, J. P. F. de; ANTIGO, M. F. Desemprego e qualificação da mão de obra no Brasil. *Rev. econ. contemp.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 308-335, ago. 2016.

Disponível em

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141598482016000200308&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141598482016000200308&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CACCIAMALI, M. C.; et al. Crescimento Econômico e Geração de Empregos: considerações sobre políticas públicas. *Planejamento e Políticas Públicas* nº 12 – Jan/Dez. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 1995. Disponível em:

<<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/145/147>>. Acesso: em 18 jan. 2018.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. Perfil do município.

Disponível em: <<https://caged.maisemprego.mte.gov.br/portalcaged/paginas/home/home.xhtml>>. Acesso em: 14 abril 2018.

CARVALHO, B. do N.; et al. Relação da criminalidade com os índices de desemprego: um estudo de caso. *Enciclopédia Biosfera*, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.14 n.25; p. 1817. Publicado em 20 jun. 2017. Disponível em:

<<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2017a/soc/relacao.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

DECRETO-LEI 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro: artigos 155 e 157. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em: 18 abril 2018.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Metodologia. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaPed.html>>. Acesso em: 16 abril 2018.

GARRIDO, A. C. O. Fatores sociais de criminalidade. 2007. Disponível em:

<<http://www.atenas.edu.br/Faculdade/arquivos/NucleoIniciacaoCiencia/REVISTAS/REVISTAS2007/5.pdf>>. Acesso em: 27 de jan. 2018.

GUIMARÃES, R. O papel do desemprego nas altas taxas de homicídio entre os jovens no Brasil Metropolitano. Baseado na tese: Determinantes Socioeconômicos dos Homicídios entre Jovens: Um estudo das Regiões Metropolitanas Brasileiras. 2009. Disponível em:

<[http://justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analisespesquisa/download/estudos/sjcvolume6/o\\_papel\\_desemprego\\_altas\\_taxas\\_homicidios\\_entre\\_jovens\\_brasil\\_metropolitano.pdf](http://justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analisespesquisa/download/estudos/sjcvolume6/o_papel_desemprego_altas_taxas_homicidios_entre_jovens_brasil_metropolitano.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Notas metodológicas.

Disponível em: < <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>>. Acesso em: 16 abril 2018.

NEIS, C. Fatores da Criminalidade: um estudo sobre a influência dos fatores sociais na prática de infrações penais. Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu – SC. 2008. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Camila%20Neis.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2018.

SANTOS, G. P. G. dos. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. Pro-Posições, Campinas, v. 19, n. 2, p. 151-161, ago. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072008000200011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072008000200011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Estatísticas. Disponível em: <<http://www.ssp.go.gov.br/painelOcorrencias.html>>. Acesso em: 14 abril 2018.